



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1613992 - DF (2019/0329620-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR**  
**ADVOGADOS : ARTUR ALEXANDRE GADÊ NEGÓCIO OLIVEIRA - DF015016**  
**ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA NETO - DF031401**  
**MARIANA LOPES DE SOUZA - DF053729**  
**BENEDITO DIAS DOS SANTOS - DF008343**  
**AGRAVANTE : EUGENIO MONTEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO DE VILHENA TOLEDO - DF011830**  
**MARCUS VINÍCIUS DE CAMARGO FIGUEIREDO - DF020931**  
**JOSE FRANCISCO FISCHINGER MOURA DE SOUZA - DF048277**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que os réus foram condenados pela prática do crime descrito no artigo 158, § 1º, do Código Penal (extorsão). O acusado Adamastor Castro e Lino de Andrade Júnior fora sentenciado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 18 (dezoito) dias-multa. O denunciado Eugênio Monteiro da Silva fora condenado à reprimenda de 7 (sete) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa. As penas pecuniárias de ambos foram fixadas no mínimo legal. Os réus ainda tiveram decretada a perda do cargo público, com fundamento no artigo 92, inciso I, alínea "b", do Código Penal.

O recurso da defesa foi parcialmente provido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para o redimensionamento das penas corporais, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1362):

**PENAL E PROCESSO PENAL. EXTORSÃO EM CONCURSO DE AGENTES. PRELIMINARES REJEITADAS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOSIMETRIA. RECONHECIMENTO DE AGRAVANTE NÃO DESCRITA NA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. NÃO OCORRÊNCIA. PARTICIPAÇÃO DE MENOR**

IMPORTÂNCIA. INVIABILIDADE. PROVIMENTO PARCIAL.1. Não há nulidade quando não ocorreram irregularidades na fase inquisitorial e as provas judiciais foram contraditadas pelas partes durante a instrução processual, sendo produzidas com supedâneo nos princípios constitucionais e ditames legais, não se verificando, no caso concreto, eventual prejuízo para os litigantes ou para a apuração da verdade real.2. Não vinga o pleito de absolvição, se há prova suficiente da materialidade e autoria do delito de extorsão praticado em concurso de agentes, especialmente em razão da longa investigação com apreensão de documentos, corroboradas pelas declarações da vítima e das testemunhas presenciais.3. Não ofende o princípio da congruência o reconhecimento, pelo juiz, de circunstância agravante não descrita na denúncia (arts. 385 e 387, inc. I, do CPP).4. Afasta-se a causa especial de aumento de pena relativa ao emprego de arma de fogo, no crime de extorsão, se o emprego de artefato para constranger ou ameaçar a vítima não é confirmado judicialmente pelos elementos probatórios.5. Não pode ser considerada participação de menor importância a conduta do agente que está presente em todos os momentos da prática criminosa ao lado do comparsa, concorrendo para o delito com clara consciência da conduta do corréu, sendo irrelevante que não tenha efetivamente exercido a grave ameaça a fim de constranger a vítima.6. Recursos conhecidos. Negou-se provimento ao recurso do Ministério Público. Deu-se parcial provimento aos recursos dos réus.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 1416):

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CRIMINAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO E DA DOSIMETRIA DA PENA.IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ALEGADOS.REJEIÇÃO.1. Não se verificando a ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão apontadas pelos embargantes, que na verdade pretendem a reapreciação da prova e a reanálise da dosimetria da pena, a fim de alterar o resultado do julgamento contrário às suas pretensões, o que se mostra inviável na estreita sede dos embargos de declaração, devem ser estes rejeitados.2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

Na petição de recurso especial de ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR, alega-se violação ao art. 18, do Código de Processo Civil, sob a tese de que o inquérito Policial foi desarquivado sem a observância das formalidades legais, sustentando, ainda, que a competência para desarquivar inquérito é do

Ministério Público e não do juiz.

Alega a ausência de novas provas que justifiquem esse desarquivamento.

Afirma violação ao art. 402, do Código de Processo Penal pelo indeferimento das diligências requeridas pela defesa.

Sustenta violação ao disposto no art. 386, inciso II, do Código de Processo Penal, alegando equivocada valoração das provas.

Requer a absolvição.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial de EUGENIO MONTEIRO DA SILVA, às fls. 1561/1564, afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7/STJ, n. 211/STJ e n. 282/STF.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial de ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR, às fls. 1556/1559, afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7/STJ, n. 282, n. 283 e n. 284/STF.

Agravo em recurso especial de ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR, às fls. 1569/1579.

Agravo em recurso especial de EUGENIO MONTEIRO DA SILVA, às fls. 1569/1579.

Contraminuta de MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS ao agravo em recurso especial, às fls. 1618.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 1643):

*AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS.  
PROCESSUAL PENAL. EXTORSÃO MAJORADA.  
CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO  
ESPECÍFICA DE UM DOS FUNDAMENTOS LANÇADOS  
NA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. Pelo não  
conhecimento dos agravos.*

É o relatório. Decido.

O recurso não ultrapassa o conhecimento.

Não foram atacados especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.

No caso, a parte se limitou a reiterar as razões do recurso especial e afirmar que descabe a aplicação dos óbices das Súmulas n. 7/STJ, n. 283 e n. 284/STF, sem justificar seu afastamento e não apresenta razões para impugnar o óbice da Súmula n. 282/STF.

Assim, verificada a ausência de impugnação de todos fundamentos da decisão agravada, o recurso não merece ser conhecido, conforme jurisprudência desta Corte:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 129, § 9º, DO CP. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA E INTEGRAL DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. O agravante deixou de impugnar integralmente os fundamentos da decisão agravada, atraindo a aplicação do óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte. Precedentes.*

*2. "Afasta-se a incidência da Súmula n. 182/STJ quando, embora o Agravo Interno não impugne todos os fundamentos da decisão recorrida, a parte recorrente manifesta, expressamente, a concordância com a solução alcançada pelo julgador, desde que o capítulo em relação ao qual a desistência foi manifestada seja independente e não interfira na análise do mérito da irresignação" (AgInt no REsp n. 1763006/SP, relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/4/2019, DJe 2/5/2019), situação não ocorrida na hipótese vertente.*

*3. Agravo regimental não conhecido (AgRg nos EDcl no REsp 1709157/AM, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/08/2019).*

Incide, na hipótese, por analogia, a Súmula n. 182 desta Corte.

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 932, inc. III, do Código de Processo Civil e 253, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator